



SinTUFABC

Sindicato dos Trabalhadores das
Universidades Federais do ABC

FASUBRA

CSP
Coletivas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

18 de novembro de 2020
Boletim nº 8/2020

Campanha de Natal 2020

**AJUDE-NOS NA CONSTRUÇÃO
DE UMA BELA CESTA A NOSSOS
COLEGAS TERCEIRIZADOS!**

FAÇA PARTE!

Banco do Brasil

Agência 3304-9

C/P: 24296-9 (Variação 51).

CNPJ : 18.099.141/0001-79

SINTUFABC

Chave PIX: contato@sintufabc.org.br

Boletim do SinTUFABC

Reforma Administrativa: o fim dos serviços públicos!

Entre reações sofridas pelas trabalhadoras públicas e servidoras diante da reforma administrativa, há quem entendeu o que leu e tem muito medo e ciência de que a única saída é de combatê-la com todas as forças ou aceitar o fim do serviço público.

Para as trabalhadoras do funcionalismo público que estão cientes de que têm sido atacadas com total desrespeito pelo governo de desmonte nacional de Jair Bolsonaro desde o início de seu mandato, dei-

xe passar esta reforma não é opção! Já tivemos direitos retirados, fomos chamadas de “parasitas” e agora, dando mais um passo em seu projeto ultraliberal, o governo enviou ao Congresso no começo de outubro (03/10), a proposta de Reforma Administrativa, que regulamenta a entrega do público ao setor privado, via Organizações Sociais, e ataca ainda mais a categoria de servidores e os serviços básicos.

Desmonte do Estado e dos serviços

Em resumo, a Reforma Administrativa tem como objetivo reduzir as despesas com o funcionalismo e o papel do Estado de forma a permitir que os mesmos serviços sejam entregues a empresas que visam o lucro e que embutirão tal lucro nos preços dos \$SERVIÇO\$ PRIVADO\$.

Para defender essa iniciativa o governo até tenta justificar o injustificável. Alega que o funcionalismo onera o Estado e que, em decorrência desses gastos, há pouco investimento público para educação, saúde, moradia. O que todos sabemos que é uma mentira de perna muito curta, afinal todos sabemos que o real problema financeiro do nosso país é a forma da dívida pública, que em anos anteriores já levou metade da arrecadação anual aos banqueiros e à burguesia rentista e que esta taxa ano passado passou de 38% da arrecadação. [1]

Há muitos exemplos desse movimento nos governos federais do PSDB, PT e PMDB. Entre eles podemos citar a Lei Federal (LF) 9.637 de

15 de maio de 1998, que criou as Organizações Sociais (OS); a LF 9.790 de 23 de março de 1999, que dispõe sobre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público; a LF 12.550 de 2011 (EBSERH); a Emenda Constitucional (EC) 103/2019 (Reforma da Previdência), que se somou a reformas anteriores, como as de 1998 e 2003; a EC 95 de 15 de dezembro de 2016, conhecida como emenda constitucional do teto de gastos públicos. [2]

A PEC em consideração avança no fortalecimento da configuração estatal adequada à acumulação capitalista moderna. Este processo corresponde no Brasil ao papel do país na divisão internacional do trabalho: um exportador de produtos primários agrícolas e minerais, onde a rotatividade da mão-de-obra deve ser ainda maior e sua débil rede de proteção social reduzida.

Adriana Stella, integrante da CSP-Conlutas e dirigente da FASUBRA, sintetiza: “sob a falsa alegação de falta de recursos em função de

18 de Novembro de 2020
8ª Edição de 2020

Conteúdo

Especial

Reforma Administrativa:

- O fim dos serviços públicos! 1
- Desmonte do Estado e dos serviços 1
- Demissões por mau desempenho 3
- Alternativa e organização da luta 4

Fale com a gente

Quer mandar suas críticas e sugestões sobre o que escrevemos? Publicar sua opinião no Boletim do SinTUFABC? Ou ainda compartilhar com a categoria sua produção artística? Fale com a gente pelo e-mail:

comunicacao@sintufabc.org.br

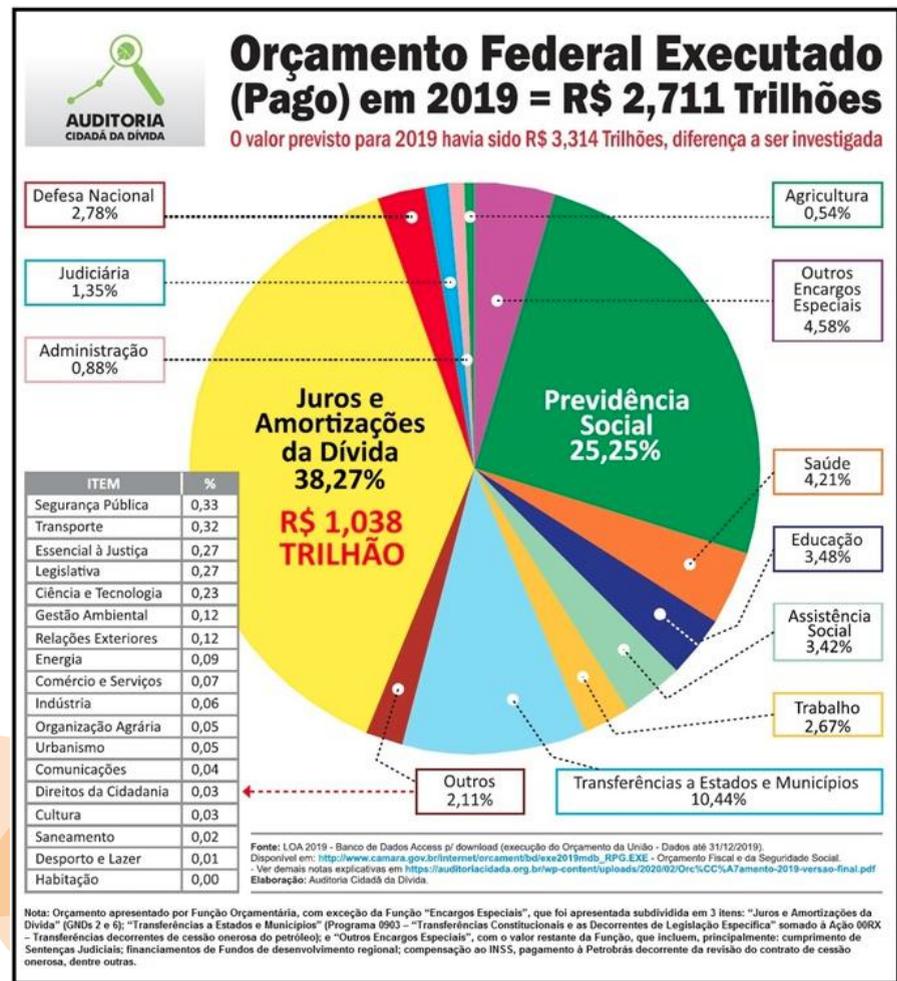
(cont. pág. 2)

queda de investimentos a partir de 2015, a granada no bolso do funcionalismo, anunciada por Guedes naquela marcante reunião ministerial, chegou à versão final. De maneira distorcida, o governo federal apresenta a Reforma Administrativa, que visa o desmonte total e a desestruturação do serviço público, colocando como grandes inimigos os trabalhadores e trabalhadoras do setor. No entanto, o que o governo não apresenta é que quase metade da arrecadação não é destinada aos serviços públicos, e sim aos grandes capitalistas que têm lucros gigantescos com o mecanismo da dívida pública”, aponta a dirigente. [3]

Conforme ressaltado em introdução do livro Reforma Administrativa do Governo Federal: contornos, mitos e alternativas, “a Reforma Administrativa é condicionada pela ideologia do Estado mínimo e pelas políticas de austeridade centradas nos cortes de despesas que dificultam a retomada dos investimentos e do crescimento, desprotegem quem mais precisa dos serviços públicos de saúde, educação e assistência, e desorganizam, ao invés de aperfeiçoar, a administração governamental”. Portanto, defendemos, enquanto SinTUFABC, propostas alternativas que garantam os direitos dos trabalhadores e proponham uma administração pública, democrática e de qualidade, para que os serviços públicos sejam voltados à população e aos mais pobres efetivamente e não um modelo de estado omissivo ao social e passivamente acessório aos interesses da burguesia. [3]

O Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 32/2020 começa em si com uma mudança no artigo 37 da Constituição de 1988: novos princípios são acrescentados aos cinco originais. Entre eles, merecem destaque o da subsidiariedade e o da imparcialidade. Subsidiário neste contexto é sinônimo de secundário, acessório: a administração pública passaria a ser essencialmente um suporte. [2]

Mas a quê? O ultra-liberalismo de Guedes/Bolsonaro vê o mercado como protagonista do crescimento econômico. Desse ponto de vista, o Estado deve apenas subsidiar, dar



condições institucionais para a valorização dos capitais. Em outras palavras, o poder público deve fazer as regras do jogo, mas precisa deixar os grandes grupos econômicos jogarem de acordo com suas próprias necessidades, não importando as demandas do conjunto da população. [3]

Ataque sistemático à classe trabalhadora

Podemos dizer que esta mais nova ofensiva é uma continuidade do plano de aprofundamento do ultraliberalismo, já iniciado com a reforma da previdência, por exemplo, e com outras retiradas de direitos históricos dos trabalhadores, que já afetavam o setor público de alguma maneira.

Um dos pontos da Reforma Administrativa altera o sistema de contratação dos trabalhadores do funcionalismo público. Hoje, com a terceirização e com a mudança nas regras de aposentadoria, a maioria dos regimes jurídicos próprios (diferentes em cada estado, município e na esfera federal), já têm a maioria dos direitos rebaixados e similares à CLT. Mas o governo ainda não parece satisfeito com as maldades vigentes e prepara esta PEC para dar um golpe quase mortal nos serviços públicos e no povo brasileiro, em especial os mais pobres.

Vale lembrar que, se o objetivo realmente fossem os altos salários no

COMO É HOJE	COMO FICARIA
<p>Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)</p>	<p>Art. 37. A administração pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade, transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, boa governança pública, eficiência e subsidiariedade (...)</p>

(cont. pág. 3)

funcionalismo público, deveriam estar dentro da discussão tanto os rendimentos da magistratura, quanto da cúpula das Forças Armadas, os quais não estão incluídos na PEC do governo. Poderíamos também trazer ao centro do debate os ganhos dos deputados e senadores da República, bem como dos juizes e desembargadores.

A proposta de reduzir ainda mais o papel do Estado na prestação de serviços públicos atinge a classe trabalhadora como um todo. E isso num contexto no qual tais serviços já estão

Quanto ganha um(a) **DEPUTADO(A) FEDERAL** ?

SALÁRIO BRUTO

R\$ 33.763,00

BENEFÍCIOS

- * Auxílio-moradia – R\$ 4.253,00 por mês ou um apartamento funcional em Brasília.
- * Verba de Gabinete - R\$ 111.675,59 por mês pra salários de até 25 secretários parlamentares.
- * Cota Exercício da Atividade Parlamentar – Vai de R\$ 30,7 mil a R\$ 45,6 mil (depende do estado).
- * Diária em Viagens Oficiais - Pra viagens nacionais é R\$ 524,00, pra viagens internacionais é US\$ 391,00 pra países da América do Sul e US\$ 428,00 pra outros países.
- * Ressarcimento integral de todas as despesas hospitalares.
- * Salário extra no início e final do mandato.



estagnados, ao contrário da propaganda do Executivo, Legislativo, Judiciário e da grande imprensa. Como se vê ao lado, em 2018, de salário, um deputado já recebia mensalmente mais de R\$ 30 mil, valor mais de 11 vezes o máximo que recebiam metade dos servidores. [2]

	1995	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
CAPITAL PRODUTIVO	36,22%	35,94%	37,44%	36,51%	36,73%	35,40%	34,59%	33,40%	31,93%	31,24%	31,16%	31,08%
CAPITAL IMPRODUTIVO	47,10%	48,36%	46,55%	47,21%	47,19%	48,67%	49,02%	50,18%	50,89%	51,31%	51,37%	51,47%
RENDA ESTATAL	16,69%	15,69%	16,02%	16,28%	16,07%	15,93%	16,39%	16,43%	17,18%	17,45%	17,48%	17,45%

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais do IBGE. Elaboração: ILAESE

Como vemos nesta tabela baseada em dados das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, do governo FHC até hoje, não há nada semelhante a um inchaço no setor público como proporção do PIB. Se a parcela da renda estatal cresceu ligeiramente em termos relativos, isso se deve muito mais à progressiva perda de dinâmica dos setores incluídos no capital produtivo (com destaque para a indústria de transformação). [2]

Os gastos com salários de servidores públicos tampouco

variaram de modo a autorizar a avaliação de um Estado que gastaria em excesso remunerando a força de trabalho. A tabela a seguir ilustra isto trazendo o montante por salários e benefícios em relação ao valor adicionado ao PIB pelo setor público entre 2002 e 2017:

	2002	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Administração Pública	43,06%	43,29%	44,65%	44,51%	44,74%	44,13%	44,52%	44,17%	42,74%	44,23%

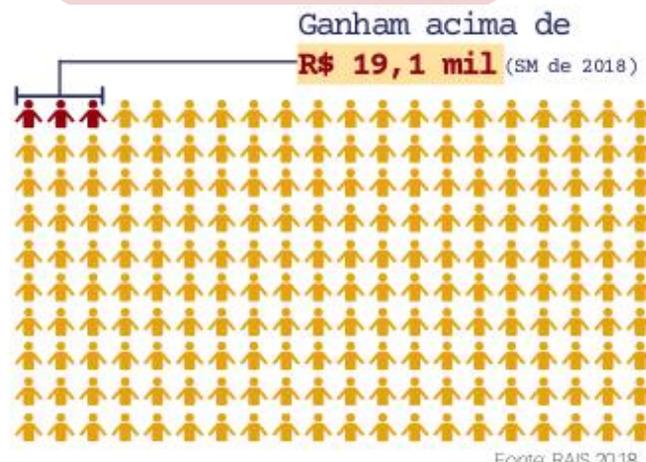
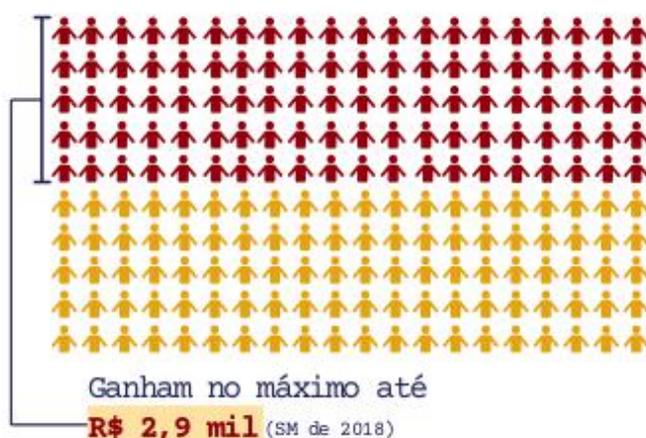
Fonte: Contas Nacionais Trimestrais do IBGE. Elaboração: ILAESE

Com isso, fica demonstrado que os supersalários não são a regra no

serviço público. Altos rendimentos, quando existem, se restringem a setores de cúpula, sobre os quais inclusive Paulo Guedes já declarou que ganham pouco. [2]

Uma aparente contradição com seu próprio discurso geral. Tal contradição se desfaz se compreendemos que, apesar do tom generalista das declarações do governo, na verdade sua tesoura fiscal visa atingir a renda da massa de servidores que ganha até 3 salários

mínimos e se encontra vinculada em sua maioria aos municípios. [2]



Fonte: RAIS 2018

Demissões por mau desempenho

Outra medida que faz parte da proposta de reforma prevê que os servidores possam ser demitidos após um período de experiência ou

por mau desempenho, incluindo os atuais. Embora a legislação já preveja a demissão do servidor caso haja motivo, a estabilidade no serviço público

tem dois lados muito importantes e que o governo não considera ou prefere não expor: um, de dar estabilidade aos serviços públicos para que ele não

(cont. pág. 4)

seja interrompido nem que se desestruture em função das trocas de governos e outro, da perspectiva do trabalhador, que tem o sentido de evitar que decisões arbitrárias ocorram. O problema é que o governo pode criar, com essa medida, um mecanismo que “amplia o conceito” de mau desempenho, além de facilitar no ambiente de trabalho o assédio moral que já é preocupante e causa de adoecimentos e mortes entre os da categoria. [3]

Governo a serviço do capitalismo

O objetivo do governo é a destruição dos serviços públicos, fazendo de todos nossos direitos meras mercadorias. O governo diz que só deseja manter como carreiras públicas as chamadas “típicas de estado” – cargos ligados à estrutura e manutenção do estado, como fiscais, procuradores

etc. Contraditoriamente, são justamente essas as carreiras que têm maior rendimento e que compõem a minoria dos cargos. Os militares não são considerados funcionários públicos porque representam os órgãos de repressão. Portanto, o objetivo do governo é justamente manter apenas seus aparatos de repressão e coerção e toda a parte do estado que deveria ser voltada para a população, ao atendimento das necessidades da classe trabalhadora e dos mais pobres, como saúde, educação, habitação, previdência, pesquisa, ciência etc, tudo isso, estaria a serviço do capital. Todas as nossas necessidades seriam mercadorias para dar lucro a um grupo seleto de meia dúzia de bilionários. [3]

Quando quase metade da arrecadação já não é destinada ao povo, mas sim aos super ricos e ao sistema financeiro.

Esse modelo de governo ultralibe-

ral, levado a cabo por Paulo Guedes e que traz péssimos exemplos de resultados econômico e social, como o do governo chileno de Piñera, por exemplo, alimenta ainda mais a revoltante desigualdade social. A concentração de renda é tão gritante que a própria mídia tem noticiado e feito simulações. Uma delas que passou na GloboNews dizia que se os dois mil magnatas que existem no mundo pagassem só meio por cento de sua renda por 10 anos, daria para gerar 117 milhões de empregos na área de educação, saúde e cuidados. Ou seja, existe muito dinheiro, existe muita riqueza e não há ‘rombo’ nas contas públicas. O que temos é uma concentração de renda assustadora e esses ricos e poderosos não pagam nada. O correto é dividir a riqueza, distribuir a riqueza, mas o capitalismo só quer dividir a pobreza. [3]

Alternativa e organização da luta

É urgente organizar a classe trabalhadora para enfrentar esses ataques, unificando as categorias em defesa do funcionalismo e dos serviços públicos básicos.

E nesse sentido, a nossa saída tem de ser para uma outra sociedade. Quando discutimos os serviços públicos, estamos discutindo o Estado, e a conclusão à qual chegamos é a de que não podemos ter um Estado que sirva só a meia dúzia de bilionários, esses magnatas que, no mundo, são pouco

mais de dois mil e sozinhos têm renda que equivale a de 4 bilhões de pessoas no planeta.

Se somos nós que trabalhamos, nós que produzimos e há riqueza suficiente no mundo, tudo isso precisa ser compartilhado e dividido por quem realmente trabalha. Por isso, nós defendemos o socialismo e a ruptura com o capitalismo, e tanto o SinTU-FABC quanto a CSP-Conlutas assumem esse programa para sairmos de fato da crise. [3]

LEIA MAIS NAS FONTES:

[1] <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2019/08/TEMOS-DINHEIRO-SOBRANDO.pdf> e <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/grafico-do-orcamento-federal-2019-2/>

[2] <https://ilaese.eadbox.com/>

[3] <http://cspconlutas.org.br/2020/09/bolsonaro-e-paulo-guedes-avancam-com-reforma-administrativa-que-prejudica-funcionalismo-e-os-servicos-publicos/>